

ECO JORDÃO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

ECO JORDÃO S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e acionistas da  
Eco Jordão S.A.  
Campos do Jordão - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Eco Jordão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, as respectivas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco Jordão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis” no nosso relatório. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós auditadas e o relatório emitido em 07 de abril de 2022 não continha ressalva.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 03 de março de 2023.

# ECO JORDÃO S.A.

## Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.596	34.008	Outorga variável a pagar	10	3.111	6.233
Contas a receber	5	3.267	238	Fornecedores	11	706	703
Impostos a recuperar	6	461	398	Empréstimos e financiamentos	12	14.064	8.762
Estoques	7	21	-	Obrigações trabalhistas	13	457	260
Despesas antecipadas		39	112	Obrigações tributárias	14	1.453	1.137
Outros créditos		448	25	Adiantamentos	15	611	-
		<u>6.832</u>	<u>34.781</u>	Outros débitos		<u>318</u>	<u>223</u>
						20.720	17.318
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		178	107	Empréstimos e financiamentos	12	70.202	56.505
Imobilizado	8	50.239	40.175	Outorga variável a pagar	10	292.725	301.752
Intangível	9	335.490	313.714	Obrigações tributárias	14	4.193	4.596
		<u>385.907</u>	<u>353.996</u>	Adiantamentos	15	<u>2.292</u>	<u>-</u>
						369.412	362.853
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	18	12.330	12.330
				Adiantamento para futuro aumento de capital		7.500	-
				Prejuízos acumulados		<u>(17.223)</u>	<u>(3.724)</u>
						2.607	8.606
<b>Total do ativo</b>		<u><u>392.739</u></u>	<u><u>388.777</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>392.739</u></u>	<u><u>388.777</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ECO JORDÃO S.A.

## Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita líquida de serviços	19	8.801	13.635
(-) Custos dos serviços prestados	20	(6.971)	(8.722)
(=) Lucro bruto		1.830	4.913
(+/-) Despesas operacionais Gerais e administrativas	21	(3.567)	(3.176)
(=) Prejuízo/Lucro operacional antes do resultado financeiro		(1.737)	1.737
Receitas financeiras		1.559	921
Despesas financeiras		(13.321)	(4.147)
(=) Resultado financeiro líquido	22	(11.762)	(3.226)
(=) Prejuízo do exercício		(13.499)	(1.489)
Prejuízo por ação		(1,09)	(0,12)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ECO JORDÃO S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

---

	2022	2021
(=) Prejuízo do exercício	(13.499)	(1.489)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(13.499)</u>	<u>(1.489)</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# ECO JORDÃO S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.330	-	(2.295)	10.035
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	60	60
Prejuízo do exercício	-	-	(1.489)	(1.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.330	-	(3.724)	8.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.500	-	7.500
Prejuízo do exercício	-	-	(13.499)	(13.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.330	7.500	(17.223)	2.607

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ECO JORDÃO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
(=) Prejuízo do exercício	(13.499)	(1.489)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	843	486
Amortização de outorga	6.654	2.604
Juros incorridos sobre empréstimos	10.994	-
Ajuste exercícios anteriores	-	60
Provisão para demandas judiciais	-	(78)
	<u>4.992</u>	<u>1.583</u>
Aumento líquido das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(3.029)	289
Impostos a recuperar	(63)	(373)
Estoques	(21)	-
Despesas antecipadas	73	(87)
Outros créditos	(423)	(78)
Depósitos judiciais	(71)	(107)
Fornecedores	3	371
Obrigações trabalhistas	197	(45)
Obrigações tributárias	(87)	5.624
Adiantamentos	2.903	-
Outros débitos	95	16
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>4.569</u>	<u>7.193</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(10.907)	(31.526)
Intangível em andamento - Obras	(28.430)	(3.667)
Pagamento de Outorga	(12.149)	3.410
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(51.486)</u>	<u>(31.783)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	16.473	47.808
Pagamento principal empréstimos	(7.799)	(1.676)
Pagamento juros empréstimos	(669)	(2.990)
Adiantamento para futuro aumento de capital de acionistas	7.500	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>15.505</u>	<u>43.142</u>
(Redução)/aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(31.412)</u>	<u>18.552</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	34.008	15.456
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.596	34.008
(Redução)/aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(31.412)</u>	<u>18.552</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A ECO JORDÃO S.A. (“Companhia”), sociedade anônima fechada, é uma SPE (sociedade de propósito específico) e tem como objeto social executar as atividades previstas no objeto do contrato de concessão onerosa de obra no Parque Capivari, processo STM (Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo) nº 01201/2017 - Concorrência Pública Nacional nº 001/2018, sob o contrato de Concessão Onerosa de Obra no Parque Capivari STM nº 001/2019, tendo como principais objetivos:

- (i) A reurbanização do Parque Capivari, com a necessária reconstrução de acessos, áreas comerciais e administrativas, bem como sanitários, além de implantação de palco multiuso, recomposição de áreas verdes, recuperação de bens imóveis de propriedade da Estação de Ferro Campos do Jordão (EFCJ) intimamente ligados ao entorno da área do Parque Capivari, elaboração de novos passeios de circulação na área interna e requalificação da estrutura básica do pedalinho já existente;
- (ii) A implantação de um novo e moderno teleférico, em substituição ao atual teleférico;
- (iii) A reurbanização do Morro do Elefante, com a implantação de novo terminal de teleférico, novas áreas comerciais, sanitários e novo mirante;
- (iv) A implantação de um trenó sobre trilhos no Morro do Elefante, sob a área dos cabos do teleférico;
- (v) A reforma e implantação de estacionamentos;
- (vi) A implantação de melhorias nos bens integrantes da concessão, visando a manter seus níveis de qualidade, a cumprir os indicadores de desempenho, e a garantir sua permanente atualidade e modernidade;
- (vii) A realização de investimentos adicionais, assim considerados aqueles necessários à garantia de funcionalidade, de qualidade, de segurança e de expansão da Infraestrutura associada ao objeto da concessão, essenciais à própria natureza do contrato;
- (viii) A exploração de receitas acessórias.

### Plano do negócio

Desde a concepção do plano de negócios, os primeiros quatro anos foram dedicados aos investimentos de modernização do parque e implantação de novos atrativos, sendo previstos prejuízos anuais até 2022. Foram utilizadas análises criteriosas de mercado e de projeções financeiras que permitiram estabelecer metas e objetivos claros para o negócio.

Para os investimentos necessários contamos com aportes dos acionistas e, principalmente, com a captação de recursos via Instituições Bancárias para a manutenção do fluxo de caixa. Os financiamentos foram fundamentais para garantir que a empresa pudesse seguir com o plano de negócios, mesmo diante de um cenário desfavorável em 2020, causada pela pandemia do Corona Virus (COVID-19).

Dessa forma, a empresa tem se esforçado para manter uma gestão financeira responsável e transparente, buscando sempre otimizar a alocação de recursos e maximizar os resultados operacionais. Ao mesmo tempo, a Companhia está atenta às oportunidades de mercado e às necessidades dos nossos clientes, buscando inovar e oferecer soluções diferenciadas que possam gerar valor para todos os envolvidos.

A expectativa de lucro a partir do quinto ano de operação está em consonância com as práticas e tendências de mercado do setor em que atuamos.

Em novembro de 2022 o teleférico foi reaberto e em dezembro um novo atrativo “trenó” foi colocado em operação, os quais fizeram com que os números de visitação crescessem substancialmente, além dos novos contratos de locação de espaços do parque.

Com todos os investimentos realizados até o momento, com a implantação de novas fontes de receitas, sem o efeito pandêmico que assolou o mundo em 2020 e 2021, e reabertura e inauguração de atrativos, a expectativa é de que as metas sejam alcançadas.

## 2. Apresentações das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 03 de março de 2023.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota nº6)
- Análise e teste de recuperabilidade de ativos (Nota nº 9 e 10);
- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado (Nota nº 9 e 10); e
- Provisão para demandas judiciais (Nota nº 17).

#### 2.5. Continuidade operacional

Com o fechamento temporário do teleférico no ano de 2022, principal atrativo do parque, o resultado operacional fechou com prejuízo no exercício. A estimativa para o ano de 2023 é encerrar com lucro contábil e no ano de 2024 já reverter o prejuízo acumulado.

Em novembro de 2022 o teleférico foi reaberto e em dezembro um novo atrativo - trenó - foi colocado em operação, os quais fizeram com que os números da visitação ao Parque crescessem substancialmente, e, dessa forma, a Companhia reverta os Prejuízos Acumulados. Além disso, contratos de locação com terceiros foram renegociados e uma nova linha de receita com luvas foi implementada.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### 3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

#### Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e incluem principalmente os rendimentos de aplicações financeiras, ao passo que as despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias e juros sobre empréstimos.

#### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação e considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 3.3. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes, decorrentes das prestações de serviços no curso normal das atividades da Companhia, estão avaliadas no momento inicial, pelo valor presente, e deduzidas da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia efetuou o cálculo do valor presente para o período findo em 31 de dezembro de 2022, considerando que os saldos são liquidados em curto espaço de tempo, os efeitos não foram materiais e, portanto, a Companhia não registrou os referidos montantes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída, em montante suficiente, para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes. A Administração da Companhia realiza uma avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas, por faixa de vencimento e títulos amparados por garantias.

#### 3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

##### Ativos financeiros

##### Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

##### (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na Rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na Rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### Passivos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, financiamentos e fornecedores.

#### Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma:

- Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

#### Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.5. Imobilizado e intangível

#### Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado/intangível são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação/amortização.

O custo do imobilizado/intangível inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive, se aplicável, serviços necessários e custos incorridos para colocação do bem produtivo em operação. Também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que tais custos possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos, apropriados como custos de produção.

Um item do imobilizado/intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, pelas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8, levando em consideração a vida útil estimada de cada bem, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais, a vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### Amortização

A amortização do direito de outorga se dá no prazo da Concessão, em função da curva de demanda, conforme exposto na Proposta Comercial apresentada na licitação.

#### 3.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizado e intangível têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto.

#### 3.7. Contas a pagar, benefícios e encargos sociais

As contas a pagar, principalmente aos fornecedores, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores relativos às férias devidas aos funcionários estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo e incluem os correspondentes encargos sociais.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 3.8. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### 3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e é constituída em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis.

A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo, e atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores legais da Companhia.

### 3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

### 3.11. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

No ano de 2022 a Companhia aderiu a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no artigo 4º da referida Lei, que instituiu o PERSE:

“Art. 4º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei:

- I - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição PIS/Pasep);
- II - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e
- IV - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).”

### 3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26<sup>1</sup>:

- a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	41	9
Banco conta movimento	162	596
Aplicações financeiras	2.393	33.403
	<u>2.596</u>	<u>34.008</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Em 2022 e 2021, as aplicações financeiras correspondem a depósito bancário a prazo fixo (CDB) e operações compromissadas, com liquidez imediata, remunerada a taxa média de 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Aluguel e luvas a receber de arrendatários	1.283	113
Operadoras de Cartão de Crédito	1.984	125
	<u>3.267</u>	<u>238</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	3.190	174
Vencidos até 30 dias	13	64
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-
Vencidos acima de 180 dias	64	-
Total	<u>3.267</u>	<u>238</u>

6. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a recuperar	-	147
Contribuição Social a recuperar	-	90
PIS a recuperar	12	-
COFINS a recuperar	63	-
IRRF s/ aplicação financeira	356	161
Saldo negativo de CSLL	8	-
Saldo negativo de IRPJ	22	-
	<u>461</u>	<u>398</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

7. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Estoque loja shop Parque Capivari	<u>21</u>	<u>-</u>
	<u>21</u>	<u>-</u>

O estoque se trata de souvenir, materiais para revendas, cuja atividade foi iniciada em novembro de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado

	Tx. Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/12/2022	31/12/2021
Maquinas e equipamentos	10%a.a.	1.129	(159)	970	414
Equipamentos de segurança	10%a.a.	46	(7)	39	31
Equipamentos de informática	20%a.a.	211	(91)	120	95
Licença de software	20%a.a.	249	(129)	120	160
Móveis e utensílios	10%a.a.	186	(27)	159	52
Placas de sinalização	10%a.a.	85	(15)	70	74
Bens em andamento	10%a.a.	-	-	-	30.342
Teleférico	3,76%a.a.	31.380	(193)	31.187	-
Trenó	3,76%a.a.	5.985	(36)	5.949	-
Benfeitoria em propriedades de terceiros	4%a.a.	12.467	(842)	11.625	9.007
<b>Total</b>		<b>51.738</b>	<b>(1.499)</b>	<b>50.239</b>	<b>40.175</b>

  

	31/12/2021	Adições	Transferência	(-) Depreciação	31/12/2022
Maquinas e equipamentos	414	649	-	(93)	970
Equipamentos de segurança	31	12	-	(4)	39
Equipamentos de informática	95	61	-	(36)	120
Licença de software	160	8	-	(48)	120
Móveis e utensílios	52	125	-	(18)	159
Placas de sinalização	74	-	-	(4)	70
Bens em andamento	30.342	6.329	(36.671)	-	-
Teleférico	-	-	31.380	(193)	31.187
Trenó	-	694	5.291	(36)	5.949
Benfeitoria em propriedades de terceiros	9.007	3.029	-	(411)	11.625
<b>Total</b>	<b>40.175</b>	<b>10.907</b>	<b>-</b>	<b>(843)</b>	<b>50.239</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

9. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			31/12/2022	31/12/2021
Outorga fixa - direito de exploração (i)	1.537	(181)	1.356	1.407
Outorga variável - direito de exploração (i)	311.855	(10.442)	301.413	308.016
Intangível em andamento - Obras de concessão	32.721	-	32.721	4.291
	<u>346.113</u>	<u>(10.623)</u>	<u>335.490</u>	<u>313.714</u>

  

	31/12/2021	Adições	Transferências	Amortização	31/12/2022
Outorga fixa - Direito de exploração	1.407	-	-	(51)	1.356
Outorga variável - Direito de exploração	308.016	-	-	(6.603)	301.413
Intangível em andamento - Obras de concessão	4.291	28.430	-	-	32.721
Total	<u>313.714</u>	<u>28.430</u>	<u>-</u>	<u>(6.654)</u>	<u>335.490</u>

(i) Outorga fixa e variável

O custo de R\$ 1.356 refere-se a pagamento de outorga fixa exigido para assinatura do contrato de concessão.

O valor de custo R\$ 311.855 refere-se aos valores de outorga variável a serem pagos ao longo dos 30 anos do contrato conforme proposta comercial apresentada na licitação.

Ambos os valores são amortizados pelo prazo do contrato.

Estas obrigações decorrem de direitos de exploração de infraestrutura e fazem parte da concessão, cujos serviços operados pela Companhia são regulados pela concedente (setor público).

Nesse contexto, a Companhia operadora recebe um direito de exploração de um ativo público (ativo intangível), sendo a concessão de uso de bem público um contrato utilizado pelo poder concedente a fim de outorgar ao particular a utilização de um bem sob o seu domínio. Ao final do prazo do contrato ou na hipótese de sua rescisão, passarão à propriedade do poder concedente todos os bens afetos à concessão de uso ora contratada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

Segundo o contrato de concessão, o prazo do contrato de 30 anos passa vigorar após a transferência dos bens oriundos da concessão à concessionária. A referida transferência ocorreu em 14 de junho de 2019 por meio de assinatura de termo de cessão de bens.

O ativo intangível é registrado com base nos expostos no ICPC 01 e OCPC 05, que tratam da questão de contratos de concessão. Segundo o item 14 do referido OCPC na linha de entendimento de que o direito de outorga e a correspondente obrigação nascem na assinatura do contrato, a concessão representa um negócio de longo prazo, que passa por processo licitatório, envolve projetos de financiamento, garantias e definição de tarifa, portanto, fatores que indicam um contrato de longa duração em que as partes demonstram intenção e condição de executá-lo integralmente. Assim sendo, é considerado que os fatos e as circunstâncias indicam que não se trata de um contrato de execução, mas a aquisição de um direito de exploração, a aquisição de uma licença para operar por prazo determinado, haja vista entender-se que o poder concedente performou sua parte no contrato ao dar o acesso e o direito à exploração do objeto da concessão, enquanto o concessionário não performou a sua parte.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

## 10. Outorga variável a pagar

A Rubrica “Outorga variável a pagar”, registrada no valor de R\$ 3.111 no passivo circulante e R\$ 292.725 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 6.233 e R\$ 301.752 em 2021, respectivamente) refere-se ao valor de Outorga variável a ser pago durante o contrato de 30 anos de acordo com o previsto na Proposta Comercial elaborada pela Companhia para participação da licitação.

## 11. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Prestadores de serviço obras	706	703
	<u>706</u>	<u>703</u>

## 12. Empréstimos

	31/12/2022	31/12/2021
Banco ABC	4.345	6.689
Banco Daycoval	2.119	3.460
Banco Bocom BBM	2.889	4.396
Banco Itaú	57.153	50.722
Banco Itaú (CDI)	16.787	-
Adiantamento de Cartão de Crédito	973	-
	<u>84.266</u>	<u>65.267</u>
Circulante	14.064	8.762
Não circulante	70.202	56.505

Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras referem-se à:

## a) Banco ABC:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco ABC utilizado para capital de giro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,4472% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

Banco:	Banco ABC
Valor principal	R\$ 7.000
Tx.mensal pós CDI	100%
Tx.mensal	0,44720%
Tx. Anual	5,50%
Emissão	01/10/2020
Vencimento	01/10/2024
Dias	1461
Capitalização	Diária
Número de prestações	48
Carência	12 meses
Valor parcela principal	R\$ 194
Saldo devedor atual	R\$ 4.345

b) Banco Daycoval:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco Daycoval utilizado para capital de giro.

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,45% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

Banco:	Banco Daycoval
Valor principal:	R\$ 4.002
Tx.mensal pós CDI:	100%
Tx.mensal:	0,45%
Tx. Anual:	5,40%
Emissão:	26/11/2020
Vencimento:	27/05/2024
Dias:	1278
Capitalização:	Diária
Número de prestações:	48
Carência:	6 meses
Valor parcela principal	R\$ 111
Saldo devedor atual	R\$ 2.119

c) Banco BOCOM BBM:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco BOCOM BBM utilizado para capital de giro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,45833% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

Banco:	Banco BOCOM BBM
Valor principal:	R\$ 4.500
Tx.mensal pós CDI:	100%
Tx.mensal:	0,45833%
Tx. Anual:	5,50%
Emissão:	26/11/2020
Vencimento:	26/11/2024
Dias:	1461
Capitalização:	Diária
Número de prestações:	48
Carência:	12 meses
Valor parcela principal	R\$ 125
Saldo devedor atual	R\$ 2.889

d) Banco Itaú:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco Itaú utilizado para capital de giro.

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,45833% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

Banco:	Banco Itaú
Valor principal:	R\$ 50.000
Tx.mensal pós CDI:	100%
Tx.mensal:	0,39167%
Tx. Anual:	4,70%
Emissão:	27/10/2021
Vencimento:	26/10/2028
Dias:	2555
Capitalização:	Diária
Número de prestações:	85
Carência:	0 meses
Valor parcela principal	Flutuante
Saldo devedor atual	R\$ 57.153

e) Banco Itaú (CDI):

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco Itaú utilizado para capital de giro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,5175% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

Banco:	Banco Itaú
Valor principal:	R\$ 15.500
Tx.mensal pós CDI:	100%
Tx.mensal:	0,5175%
Tx. Anual:	6,21%
Emissão:	27/05/2022
Vencimento:	24/11/2028
Dias:	2373
Capitalização:	Diária
Número de prestações:	78
Carência:	0 meses
Valor parcela principal	Flutuante
Saldo devedor atual	R\$ 16.787

f) Adiantamento de Cartão de Crédito

No dia 26 de dezembro foi feita uma operação de adiantamento de cartões com prazo médio de 21 e uma taxa de desconto de 2,70%.

Os contratos acima não possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) financeiras.

Os montantes em 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>2022</u>
2023	15.479
2024	24.981
2025	22.254
2026	23.677
2027	25.229
2028	23.576
	<u>135.196</u>

13. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e encargos sociais	147	56
Provisão para férias e encargos sociais	195	137
Provisão de bonus e pagar	115	67
	<u>457</u>	<u>260</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

## 14. Obrigações tributárias

	30/12/2022	31/12/2021
ISS a recolher	156	8
PIS e COFINS a recolher	-	35
ICMS a recolher	2	-
ISS retido a recolher	26	8
INSS retido a recolher	27	20
IRRF e CSRF retido a recolher	21	13
ICMS s/ importação teleférico e trenó	5.414	5.649
	<u>5.646</u>	<u>5.733</u>
Circulante	1.453	1.137
Não circulante	4.193	4.596

## 15. Adiantamentos

	30/12/2022	31/12/2021
Adiantamento luva	2.903	-
	<u>2.903</u>	<u>-</u>
Circulante	611	-
Não circulante	2.292	-

Os valores de luvas se trata de receitas para utilização de espaço no Parque Capivari e são reconhecidas ao longo do contrato de locação seguindo o regime de competência.

## 16. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, trabalhistas e cível. A Companhia apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Na avaliação dos consultores jurídicos não há processo judicial classificado como perda provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

90 mil relativos a processo trabalhista e R\$ 46 mil relativo a processo cível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua A Empresa tem processos como sendo de perda possível nos montantes de R\$ contabilização.

#### 17. Remuneração do pessoal-chave

Em maio de 2022 houve o pagamento de bônus e gratificações referente as metas do ano de 2021 no valor de R\$ 56. Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações aos administradores.

#### 18. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 12.330.

O capital social é composto 12.329.640 (doze milhões, trezentos e vinte e nove mil, seiscentas e quarenta) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

No exercício a Companhia recebeu aportes mediante depósito bancário pelas acionistas como adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 7.500, os quais foram utilizados o aumento do capital social no início do ano de 2023, conforme mencionado na nota explicativa 25.1.

#### 19. Receita líquida de serviços

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de Serviços		
Prestação de serviços	6.449	11.468
Aluguéis e arrendamentos	2.730	3.421
Receita loja souvenir	23	-
	<u>9.202</u>	<u>14.889</u>
Deduções de vendas		
Impostos sobre serviços	(395)	(1.254)
Descontos e cancelamentos	(6)	-
	<u>(401)</u>	<u>(1.254)</u>
Receita líquida	<u><u>8.801</u></u>	<u><u>13.635</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

## 20. Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(2.042)	(1.482)
Prestação de serviços	(1.475)	(2.765)
Outorga e fiscalização	(2.550)	(3.762)
Materiais e utilidades	(771)	(642)
Seguros	(126)	(71)
Custo das mercadorias vendidas loja souvenir	(7)	-
	<u>(6.971)</u>	<u>(8.722)</u>

## 21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(1.202)	(957)
Serviços de terceiros	(616)	(629)
Viagens e estadias	(65)	(57)
Marketing e comunicação	(354)	(403)
Despesas diversas	(487)	(381)
Depreciação	(843)	(486)
Multa contratual STM	-	(144)
Recuperação despesas administrativas	-	(119)
	<u>(3.567)</u>	<u>(3.176)</u>

## 22. Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1519	737
Descontos obtidos	4	1
Outras receitas financeiras	36	183
	<u>1.559</u>	<u>921</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(238)	(1.147)
Juros e multas	(91)	(10)
Juros s/ empréstimos	(12.992)	(2.990)
	<u>(13.321)</u>	<u>(4.147)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(11.762)</u>	<u>(3.226)</u>

## 23. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

### 23.1. Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição financeira da Companhia, nas quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

### 23.2. Gestão de risco financeiro

#### a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade das contrapartes.

A área de Finanças e Controladoria examina e revisa as informações relacionadas ao gerenciamento de risco, incluindo as políticas, os procedimentos e as práticas aplicadas no gerenciamento de risco:

#### i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber.

#### ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças.

b) Gestão de capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus sócios, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito, visando fazer face à manutenção da liquidez e obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

24. Seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro garantia	Garantia do contrato de concessão Edital de Concorrência nº 001/2018 e Processo STM Nº 01201/2017	2.286
Seguro de engenharia	Seguro contra riscos de engenharia	64.978
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	250
		<u>67.514</u>

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

25.1. Aumento de Capital Social

No dia 13 de janeiro de 2023 foi aprovado o registro da 20ª AGE referente ao aumento de capital social, agora composto por 19.829.640 (dezenove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta) ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia totalmente integralizados.

25.2. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.